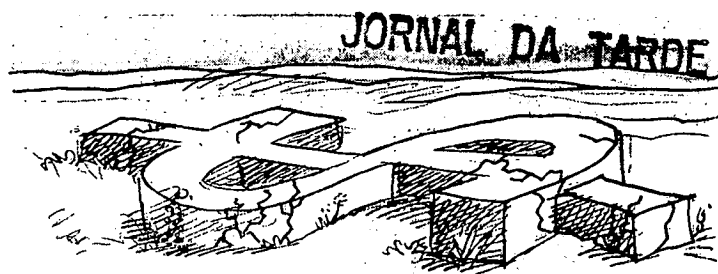


A economia desarmada

BRASIL

Rolf Kuntz

14 MAI 1996



O GOVERNO NÃO TEVE O BOM SENSO DE REGULAR A ABERTURA NAS ÁREAS MAIS VULNERÁVEIS À COMPETIÇÃO DESLEAL

O Brasil está pagando caro pela devastação do Estado e da política econômica. A trombada com a Organização Mundial do Comércio (OMC), por causa do regime automotivo, não é mais que uma consequência desse estrago. A impotência do governo diante da alta mundial dos preços agrícolas é outro efeito do mesmo erro. A destruição de milhares de indústrias, pela concorrência predatória, entra na mesma conta. Boa parte do desemprego resulta de um engano político, não da globalização econômica. Enquanto a fatura é paga pelos trabalhadores, governantes e ex-governantes podem olhar para outro lado e cuidar de outro assunto. Agora não dá mais para disfarçar: o governo está sendo diretamente atingido por seus equívocos e pelos de seus antecessores.

A mãe de todos os erros foi confundir destruição com reforma. Começou-se a desmontar os mecanismos de política antes de haver um projeto de novo Estado. O projeto deveria partir da resposta a duas perguntas: quais as funções mínimas do poder público? Como garantir o cumprimento dessas funções mínimas? Partiu-se de um diagnóstico inepto e de uma receita ainda pior. O Estado é excessivamente grande, muito caro e muito ineficiente. É preciso podá-lo e deixar o mercado funcionar. Foi como se alguém decidisse construir um avião a partir de uma planta sumária, sem o cuidado, nem sequer, de olhar os aparelhos normalmente usados para voar.

Desmontou-se, dessa forma, a política de produção de trigo. Não se tratou de uma reforma, porque nem sequer se perguntou para que serviria essa política. O Brasil chegou a colher, na segunda metade dos anos 80, safras de até mais de 6 milhões de toneladas. Nem todos os produtores eram competitivos, em custo e em qualidade, mas havia muita gente

boa no setor. Cortaram-se os subsídios e todo o apoio à comercialização, como se o governo estivesse cumprindo uma obrigação religiosa. Foram atingidos não só os pouco eficientes, mas também os melhores produtores, muitos deles com padrões próximos dos internacionais. Decretou-se a incapacidade brasileira. Em nome de uma versão pífia das vantagens comparativas, decidiu-se que o mercado internacional atenderia às necessidades brasileiras. Agora se descobre, como se fosse uma novidade, que o consumidor brasileiro não é prioritário nem para os produtores nem para os governos de outros países. Pior: descobre-se que os europeus podem até limitar as exportações.

Os americanos, campeões da liberalização, continuam, como os europeus, a subsidiar a agricultura. O subsídio tende a cair, mas lentamente, ao longo de vários anos, de forma programada. No Brasil, a agricultura, e não só a de trigo, foi a primeira vítima da crise fiscal. Crise fiscal também ocorreu noutros países, mas nem por isso se desmontou de uma hora para outra toda a política. Depois, nunca faltou dinheiro para atender aos grupos de pressão mais influentes. A liberalização nunca se aplicou aos amigos do rei de plantão e dos servidores da coroa. Nos

últimos anos, a política de crédito agrícola nunca mobilizou mais que uns US\$ 8 bilhões para financiamentos. Mais que isso o governo pôs no Econômico e no Nacional em menos de um ano.

O impasse do programa para o setor automobilístico tem origem num equívoco semelhante. Desde o final dos anos 80 o País não tem política industrial. Abandonar políticas setoriais foi uma das manifestações do liberalismo de fundo de quintal adotado no Brasil. Quando se decidiu montar (ou remontar) uma política para a indústria automotiva, as novas normas de comércio internacional estavam constituídas. As discussões da reforma comercial duraram oito anos, muito mais do que se esperava inicialmente. O rumo sempre foi claro. Não houve em Brasília — nem no setor privado, é justo dizer — percepção de que os brasileiros deveriam preparar-se. O resto do mundo nada tem de ver com os percalços da política interna do Brasil. Mas invocar esses percalços não vale. O País nunca esteve em guerra e nunca deixou de ter governantes de plantão. Esses governantes, até com aplauso do empresariado, foram desmontando o governo e suas políticas, como se isso bastasse para tornar o Estado menos custoso e a economia mais com-

petitiva. O resultado é indissimulável. O governo não tem competência nem credibilidade, hoje, para anunciar uma estimativa de safra de café. O Instituto Brasileiro do Café (IBC) podia ter muitos defeitos, mas tinha, também, pessoal de primeira classe e uma reputação técnica invejável. Desmontou-se o IBC e pulverizou-se um núcleo de competência. Bom exemplo da confusão entre demolir e reformar.

A abertura comercial foi o mesmo desastre. Nenhuma pessoa sensata duvidou da conveniência de liberalizar o comércio. Mas liberalização se faz com prazos, com mecanismos de defesa e com política de reforço aos setores mais vulneráveis, se for o caso de conservá-los. Os prazos foram respeitados durante algum tempo. Depois, a partir de 1994, decidiu-se apressar a mudança. Confundiu-se, além disso, abertura comercial com instrumento de curto prazo para controle de preços: outra loucura. O Executivo só começou a preparar-se para administrar mecanismos de defesa a partir do ano passado. Qualquer país industrial com mercado mais ou menos aberto tem uma burocracia especializada em comércio. O Brasil está longe disso, mas o governo, embora desarmado, não teve o bom senso de regular a abertura nas áreas mais vulneráveis à competição desleal. As áreas eram conhecidas e a experiência de outros países era clara.

Não há, na OMC, na Bolsa de Chicago ou no mercado internacional de tecidos, nenhuma surpresa para o Brasil. O País está simplesmente pagando a conta de uma indescritível incompetência nas políticas públicas.

Rolf Kuntz é professor do Depto. de Filosofia da USP e jornalista de "O Estado de S. Paulo"